

A emergência da cidade-providência enquanto conquista da emancipação social urbana

Vanessa Duarte de Sousa

Licenciada em Sociologia e Planeamento, Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento (ambos pelo ISCTE-IUL: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa)

Doutoranda em Sociologia, especialização em Cidades e Culturas Urbanas, pela Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e do Ensino Superior)

Introdução

Já não nos surpreendemos com a constatação de que há uma necessidade de transição epistemológica e teórica na análise das cidades e que essa decorre, em muito, seja dos contextos seja das reflexões que se fazem sobre esses. É certo que outros olhares vão surgindo e que se vai ampliando o leque territorial que serve de base à discussão.

A sociologia das cidades de hoje olha com maior humildade para as suas limitações procurando a ampliação nos conteúdos, nos tempos e nos espaços de referência. Fortuna (2006) destaca, a este respeito, três limitações da sociologia urbana convencional: i) privilégio dado a cidades centrais e privilegiadas do ponto de vista socioeconómico; ii) destaque atribuído a elementos casuísticos ou abuso na generalização de traços concretos de dadas cidades para outros espaços; iii) preocupação desenvolvimentista sobre as cidades do Sul, menosprezando o olhar sociológico que passa a recentrar-se nas cidades da modernidade, as ditas cidades globais.

Cada vez mais nos deparamos com a noção de uma sociologia urbana eurocêntrica que provocou invisibilidades e anulou a existência de um conjunto vasto de cidades à escala global. Mas

mesmo dentro dessas cidades visíveis se construíram invisibilidades. Cada vez mais vemos as cidades como espaços que são, simultaneamente, de hiperinclusão e de hiperexclusão. E uma dimensão não pode ser trabalhada sem ter por relação a outra.

A necessidade de revisão das problemáticas da sociologia das cidades decorre de um conjunto de mudanças significativas. À escala global deparamo-nos com processos de reorganização territorial que não se circunscrevem à afirmação de que o mundo de hoje é essencialmente urbano – seja na sua configuração espacial, seja nos modos de vida – e de que há um novo conjunto de cidades que, pela sua dimensão, vão ocupando um lugar central no *ranking* mundial. É nas cidades que se dão as mudanças sociais globais, e são precisamente aquelas que foram sendo invisíveis na análise sociológica que são emblemáticas da forma, do sentido e do conteúdo dessas mudanças. Falar sobre o capitalismo global dos nossos dias é, em parte importante, complementar à análise do surgimento, do desenvolvimento e do contexto das megacidades. E é no Sul que se concentra a parte importante das megacidades do mundo.

Mas se a sua visibilidade de hoje se pode associar à importância económica e política que adquirem, a sua invisibilidade terá tido motivações dessa mesma ordem. Como nos refere Seabrook (1996) as cidades do Sul vivem os «fantasmas do passado urbano do Norte». Se há dimensão que não pode ser menosprezada no Sul, será a da presença das cidades coloniais e das cidades imperiais. E esses «fantasmas» são, sem dúvida, um resultado do colonialismo e do imperialismo e do seu impacto sobre os modelos de desenvolvimento do Sul.

É neste quadro que se situa a defesa por um pluralismo epistemológico nos estudos sobre as cidades. Não se trata de uma proposta que garanta apenas a convivência teórica das múltiplas perspectivas em presença, mas que procure o diálogo. Quando propomos a discussão sobre o conceito de cidade-providência, esse

diálogo conceptual é imperativo. Se bem que em termos empíricos teremos a nossa atenção centrada sobre as lutas pela emancipação no Norte, há um Sul no Norte que vai escapando à reflexão.

Este ensaio procura discutir o desenho inicial de um quadro analítico para a cidade-providência emergente, que permanece no quadro dessas invisibilidades referenciadas. Num primeiro momento, é empreendida uma reflexão de contextualização sobre a crise da cidade, identificação das suas fragmentações, das suas segregações. Trata-se de analisar o contexto empírico concreto em que se criam as condições para essa cidade-providência.

De seguida, empreende-se uma reflexão sobre o futuro possível na promoção do bem-estar social. Não é possível olhar para o conjunto de práticas sem recuperar brevemente uma discussão já antiga sobre o papel do Estado e a sua relação com uma sociedade que vai garantido os mínimos de coesão social à custa de uma função providencial que se mantém ativa. As noções de solidariedade, dádiva e dom alimentam, paralelamente, a reflexão que se empreende, procurando lançar alguns dos elementos centrais para análise do conceito de cidade-providência que aqui se propõe.

É no terceiro momento deste ensaio que se procuram introduzir os elementos centrais que balizam a construção teórica deste conceito. Parte-se de um conjunto de referenciais da sociologia das cidades para se discutir algumas das propostas de entendimento sobre o funcionamento das relações sociais na cidade. Apresenta-se um modelo compreensivo sobre esta cidade, que a coloca no centro de um conjunto de linhas divisórias que acompanham as lutas pela emancipação social – a linha abissal e a linha Norte-Sul.

Finalmente, elabora-se uma proposta analítica para o conceito de cidade-providência. A partir das dimensões social, económica, política e ideológica, procuram-se identificar alguns dos

questionamentos teóricos e empíricos que podem dar suporte à operacionalização futura desse mesmo conceito.

- **Da crise da cidade**

Da análise das tendências de reorganização territorial à escala global destacaríamos o facto de termos um mundo cada vez mais urbanizado, pese embora com características socioeconómicas completamente distintas no seu interior. No «palco» dos processos decisórios, as cidades são «atores» fundamentais. Tornam-se o motor das economias, mas também o cenário das grandes desigualdades do espaço, ou seja, emerge o que Soja (1995, 2004) denomina de «metropolaridades» ou de «arquipélagos carcerários».

Atualmente, verifica-se o que Lefebvre identificava como processo de «implosão-explosão» da cidade. Por um lado, a cidade estende-se ao ponto de gerar megalópoles. Por outro, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas. Deterioram-se os centros urbanos, a par de um processo de crescimento urbano periférico. Nos centros pode registar-se um duplo processo: tanto são votados ao abandono ao ponto de passarem a ser apropriados por pobres, criando-se novos guetos, como se tornam espaços de poder para grupos mais abastados que pretendem manter as suas posições no centro da cidade (1991: 10-11). A vida urbana é entendida de forma central para o desenvolvimento da sociedade no seu conjunto.

Fruto de um hiato cada vez mais visível entre os mais ricos e os mais pobres, gera-se uma sociedade que se protege através de mecanismos de segurança privada receando aqueles que são desprovidos de recursos, evidencia-se uma maior fragmentação do ponto de vista social e tendem a privatizar-se os espaços públicos da cidade (Borja, 2005), assiste-se a um processo de favelização das cidades à escala global, particularmente visível nos espaços

onde essas dualidades são mais flagrantes (Davis, 2006), e as cidades vão-se tornando «fortalezas» (Davis, 2007).

Vai-se olhando para a cidade como um contexto em crise permanente e lugar do medo, em que se sobrepõe a privatização à socialização do espaço público. Mas mais do que uma crise da cidade, sugere-se o desafio de «fazer cidade» (Borja, 2005: 32).

Estas são consequências de um modelo hegemónico que mostra claros sinais de fragilização. Em paralelo, mantêm-se e emergem mecanismos de resistência reveladores de outras formas possíveis de viver a cidade. Tratam-se de modalidades contra-hegemónicas, que não terão a pretensão de universalização da resposta aos problemas, mas que recriam e reinventam as respostas em função das necessidades concretas das pessoas e de cada local.

É neste contexto que pretendemos conceptualizar uma modalidade dessas emergências, que denominaremos de «cidade-providência». Reportamo-nos ao campo de práticas urbanas que visam a construção, em reciprocidade, de um futuro comum assente na partilha de bens e serviços sem recurso a moedas, ou fazendo uso de moedas complementares donde emana o valor social dos bens e serviços nas trocas empreendidas. Incluem-se também as iniciativas que visando o lucro, procuram-no redistribuir por todos aqueles que delas fazem parte (exemplo de algumas cooperativas). Excluimos deste campo todo o conjunto de práticas solidárias caritativas que se retratam na noção mais ampla de solidariedade mas que, pela sua componente assistencialista, limitam o campo de possibilidades de emancipação social que vislumbramos nessa cidade-providência.

- **Os caminhos da promoção do bem-estar social**

Do Estado-Providência ao Estado-Não-Providência

Quando falamos no mundo atual, em que na maioria dos países se verifica a sua estruturação por via de um Estado que toma as decisões sobre parte importante das populações, não é possível falar em sociedade-providência sem a articular com a conceção que temos acerca das funções que o primeiro deverá desempenhar.

Poderá assumir-se que, pelo facto do Estado não ser capaz de assegurar por si só a capacidade de providenciar bem-estar aos indivíduos, tenderá a haver uma parcela de “menos” Estado na governação das sociedades atuais. Não nos parece que uma condição tenha de ser, necessariamente, reflexo da outra. Ou seja, pelo facto do Estado, cada vez mais recorrer a atores que lhe complementam a sua ação, não quer dizer, com isso, que esteja ou que tenha de ser diminuída a sua capacidade de regulação.

Mas se há um consenso generalizado pela democratização dos países, que passa pela consolidação das formas de governo central e local dos territórios, o mesmo não se pode dizer em relação às funções do Estado. Se durante muitos anos se foi assumindo que ao Estado deveria caber uma função essencial de promoção de bem-estar social, decorrendo daqui o princípio da igualdade e da universalidade, o paradigma atual aponta mais para o desenho de formas desse se poder «descartar» de encargos e, conseqüentemente, perdendo-se esses princípios centrais.

De modo mais ou menos consensual poderíamos atribuir ao Estado-Providência as seguintes funções: i) *integração social* – gerir as incertezas económicas e sociais (qualificação, mercado de trabalho, etc.); ii) *integração sistémica* – necessidade de aumentar a participação política (concertação social, acordos estratégicos, etc.); iii) *reconhecimento coletivo das situações de risco social* – são riscos resultantes da vida em sociedade e a que todos, independentemente das suas condições materiais de existência, poderão estar sujeitos; iv) *delimitação das políticas públicas* - traduz-se numa forma de interpretar o social de acordo com o imaginário político; v) *reforma permanente de um modelo contratual de*

sociedade – a forma de legitimação do poder e, em particular, da intervenção, que passa pela responsabilização das partes envolvidas.

Mas em parte dos Estados em que essas funções foram sendo mais ou menos conseguidas, mantém-se uma tendência para seletividade das intervenções públicas para setores específicos da população. Vai-se esquecendo a máxima de que “uma política social para os pobres é uma pobre política social”.

De Estados-Sociais ou de Estados-Pouco-Sociais fomos transitando para Estados-Economicistas e, simultaneamente, Estados-Económicos. De Estados-Providência ou de Estados-Pouco-Providência foi-se alimentando a ideia de Estados-Não-Providência ou de Estados de Situações de Emergência.

Nas sociedades do Norte, habituadas a uma perspetiva desenvolvimentista europeu-centrada ou norte-americano-centrada, é fácil descredibilizar e considerar como radicais as perspetivas do Sul que questionam a economia capitalista neoliberal e a sua sobrevivência. Aos poucos, essa crítica ao capitalismo na sua vertente predatória vai compondo os discursos do Norte, apesar da sua ainda frágil incorporação.

Embora a crise atual tenha permitido a utilização de alguns dos instrumentos estatais que se considerava serem responsáveis pela estagnação dessa economia, certo é que ao mínimo indicador de confiança dos consumidores se parece esquecer a raiz especulativa em que se desenhou a crise.

O Estado passou a ser entendido como o «bombeiro» dos «fogos» que são lançados na economia, ao invés de atuar na sua prevenção e, principalmente, de garantir um imbricamento da economia na sociedade, ou seja, de apostar numa economia que atente a finalidades sociais. Polanyi refere que este foi sendo o princípio da construção da história humana e que a civilização moderna foi anulando, tomando a economia como prioritária em relação à sociedade (1980, *cit. in* Lisboa, 2004: 296).

Em paralelo, a análise dos novos processos de gestão socioterritorial à luz das competências dos atores em jogo, principalmente no que concerne à articulação entre domínio público e privado (lucrativo ou não), leva-nos a afirmar por um papel cada vez mais importante atribuído a outras instituições em domínios que antes eram de atuação exclusiva do Estado.

Mas quando atentamos, em particular, ao caso português, verificamos que neste «empowerment institucional» joga-se mais a procura da eficiência e da eficácia das políticas centrais, do que a divisão das responsabilidades entre os diferentes atores em função do que são e devem ser as suas competências em cada domínio específico de atuação no território.

Se num primeiro momento, a articulação entre Estado e organizações da sociedade civil se situava a um nível de complementaridade, hoje estamos a presenciar uma substituição de papéis. O Estado desvincula-se de um conjunto de intervenções, mas não das políticas. Tratam-se de claras estratégias de “*Top-Up*” – partem do nível central, são operacionalizadas em termos locais por organizações da sociedade civil que se apropriam pela possibilidade de financiamento de áreas de trabalho que continuam a apoiar na luta contra a exclusão, e, posteriormente, alimentam a máquina estatal de indicadores de resultados que são, no final, assumidos como algo alcançado pelo Estado.

Para Boaventura Sousa Santos, uma das tensões dialéticas da modernidade situa-se, precisamente, na relação entre Estado e sociedade civil. “*O estado moderno, não obstante apresentar-se como um Estado minimalista, é, potencialmente, um Estado maximalista, pois a sociedade civil enquanto o outro do Estado, autorreproduz-se através de leis e regulações que dimanam do Estado e para as quais não parecem existir limites, desde que as regras democráticas de produção de leis sejam respeitadas.*” (Santos, 2001).

Por outro lado, um conjunto de funções que eram tradicionalmente asseguradas pelo Estado numa lógica universal estão, cada vez mais, a serem substituídas pela sua privatização. O carácter de universalidade subjacente à sua intervenção não terá o seu equivalente na atuação desenvolvida pelo setor privado.

Se é certo que para os atores até poderão estar a emergir novas funções, ao nível do Estado apenas se estará a rentabilizar a atuação pela via da diminuição do peso que antes teria de dar a dado tipo de intervenção por atuar de forma isolada.

Parecem emergir sistemas de “*welfare mi*”, donde se incluirá o caso português, e que se traduz na articulação da dimensão pública e privada no providenciar do bem-estar social. “*A more viable strategy in the South would be the promotion of a novel family-serving welfare mix, whose profile seems to be emerging some regions of this area (...): a mix of delligent public regulations and incentives, corporate arrangements, third setor activism and private entrepreneurship to respond to family (and especially women s) needs.*” (Ferrera, 2000: 178).

A emergência destas formas mistas de provisão do bem-estar estará relacionada com a importância crescente do setor privado (se bem que não nos pareça, por razões múltiplas, capaz de substituir a intervenção estatal) e, com a tendência de descentralização de poderes e de competências para o domínio local e regional.

O que não é possível esquecer é que, face aos novos riscos, face às mutações a que a nossa sociedade está sujeita, e perante os contextos de incerteza inerentes à gestão do quotidiano dos indivíduos, impera a necessidade de reforçar quer as funções do Estado no providenciar do bem-estar social, mas também de incentivar outros níveis de atuação que poderão trabalhar numa lógica de complementaridade e que são sustentados pelos atores que se mobilizam na construção da ação coletiva.

A construção de um modelo de desenvolvimento solidário

Face à incapacidade de promoção universal do bem-estar por parte do Estado, a própria sociedade vai criando os seus mecanismos de defesa e de proteção face aos riscos sociais. Se, tradicionalmente, as redes de solidariedade primárias eram centrais na consolidação desses mecanismos de proteção, hoje em dia tendem a fragilizar-se. O crescimento, nalguns casos desmesurado, das cidades, apoiou na fragilização dessas redes. Mas, paralelamente, vão-se recriando outras, que apoiam no «viver em comum» na cidade. E se é certo que as cidades são o palco privilegiado da exclusão social, da pobreza, da segregação territorial, não é menos verdade que se aliam oportunidades criativas e alternativas a esses problemas que vão afetando parte importante da população citadina.

Uma dessas modalidades respeita ao que se vem denominando de economia solidária. Nos últimos anos têm-se multiplicado as experiências de trocas solidárias, mais ou menos formalizadas, que apontam para a sedimentação dos laços sociais, assim como para a (re)atribuição de valores sociais para bens e serviços.

Do ponto de vista conceptual, emergiu o M.A.U.S.S (*Mouvement Anti-Utilitariste des Sciences Sociales*), donde se situam os trabalhos de Alain Caillé (2002a; 2002b; 2004; 2008; in Cattani *et al*, 2009), de Jean-Louis Laville (2004; 2007; in Cattani *et al*, 2009), de Jacques Godbout (1997; 2002; 2008), de Maurice Godelier (2001), entre outros. Trata-se de um conjunto de contributos que destacam a componente sociológica da solidariedade.

Mas é ao nível da América Latina, onde a maior parte destas experiências teve origem, que se vão multiplicando as reflexões teóricas sobre este tipo de práticas. Tratam-se de reflexões que

trabalham o campo mais vasto da economia solidária, retratando temas gerais relacionados com o debate sobre os limites da economia capitalista e os desafios inerentes às formas alternativas que vão emergindo (Abramovich e Vázquez, 2007; Arruda, 2007; Gaiger, 2004, 2005, *in* Cattani *et al*, 2009; Lisboa, 2002; Singer, 2002, 2004; Wautiez *et al*, 2004). No entanto, muitos outros trabalham temas mais específicos, dos quais destacamos aqueles considerados mais pertinentes para o trabalho aqui proposto, nomeadamente o de economia moral (Lechat, 2001, 2002, *in* Cattani *et al*, 2009), de mercados solidários e de trocas solidárias (Abramovich e Vázquez, 2003; Lisboa, 2004, s/d; Primavera, 2008; Primavera e Wautiez, 2001; Soares, 2006), e ainda sobre redes globais de trocas e de colaboração solidária e a construção de movimentos sociais que congreguem iniciativas de clubes de troca, de compras coletivas, de campanhas por produtos éticos (biológicos, locais ou solidários), etc. (Arkel *et al*, 2002; Mance, 2002, *in* Cattani *et al*, 2009).

Laville propõe dois modelos de solidariedade que caracterizam as sociedades contemporâneas. *“A solidariedade filantrópica corresponde ao primeiro deles, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma é a versão da solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas.”* (*in* Cattani *et al*, 2009: 310). Esta aceção remete para a diferenciação do ato de solidariedade não apenas no respeitante aos objetivos – uma no sentido de providência social e a outra, mais uma vez, apelando à ideia de movimento social –, mas também por relação à estrutura social. A primeira enquadra-se no que denominamos de solidariedade caritativa, que Laville sugere poder tornar-se num instrumento de poder e de dominação. A solidariedade como princípio de democratização apela à reciprocidade assim como à emancipação. É nesta última que se enquadrarão variantes nas

formas de solidariedade, que podem, a nosso ver, ser diversas em função dos contextos espaciais – rurais e urbanos – assim como se registrarão variações em função das classes sociais mobilizadoras dessas ações solidárias.

Singer fala em desenvolvimento solidário entendendo-o como *“um processo de fomento de novas forças produtivas e instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento económico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”* (2004: 7). Nesta conceção, o autor não só retoma algumas dimensões do tradicional conceito de desenvolvimento sustentável, como introduz a questão da igualdade social, podendo situar-se o desenvolvimento solidário como movimento social na exata medida em que este se concebe com a pretensão de abolição do capitalismo e da divisão de classes. A sua perspetiva sugere que nos situamos atualmente num modelo misto de desenvolvimento, onde se dá uma combinação complexa entre diferentes modos de produção.

Dumas e Séguier (2004), identificando os limites do crescimento, avançam com a proposta de um modelo de desenvolvimento solidário, assente em três princípios: alteridade (reconhecimento do outro); reciprocidade (partilha de responsabilidades); cogestão (envolvimento concreto). Laville (2007) defende que a economia solidária agrega atividades que no seu conjunto se constituem como uma democracia da economia dada pelo envolvimento ativo dos cidadãos. Martins (2008) regista três elementos que têm conduzido à ampliação dos sentidos da prática democrática atual, a saber: i) experiências de democracia participativa; ii) os novos movimentos sociais com impacto transnacional; iii) o individualismo contemporâneo na redefinição da ação coletiva ou das individualidades reflexivas, que reforça o sentido do viver solidário que pretendemos retratar. Na mesma linha de ideias, Santos e Rodríguez, assinalam na sua quinta tese sobre

as alternativas de produção que a “radicalização da democracia participativa e da democracia económica são duas faces da mesma moeda” (2003: 59). Por seu lado, Laniado (2008) enquadra a solidariedade enquanto tradução dos novos movimentos sociais. Destaca também três fatores de mudança trazidos por esses movimentos, nomeadamente, a emancipação, a experiência e o usufruto, e a solidariedade generalizada.

Não deixa de ser interessante verificar que as abordagens teóricas mais recentes colocam a solidariedade não apenas como um elemento de providência social, mas como uma condição de participação pública, o que ressalta não apenas a procura do bem-estar enquanto sucesso da gestão democrática, mas também como condição para ampliação dos campos de ação da própria democracia.

À economia social e solidária chamar-lhe-ão de “constelação de esperanças” (Namorado, 2004), outros, numa versão mais poética aclamam por uma “civilização do amor” (Miglieano, 1990). Mas se é consensual que a economia solidária é muito mais vasta do que este campo restrito de trocas, também nos parece redutor encará-las apenas sob um ponto de vista económico.

- **Da sociedade-providência à cidade-providência**

Nas discussões mais antigas e dicotómicas sobre o tipo de relações dominantes na cidade, sobressaía como sua característica o individualismo, a prevalência dos contactos secundários e a fragilidade nos laços sociais. Era como se o campo ou o rural representasse por si só o espaço privilegiado para funcionamento da sociedade-providência e a cidade se distanciava claramente da característica de suporte social àqueles que aí viviam.

Na verdade, os estudos urbanos têm manifestado dificuldades em associar «comunidade» à cidade. Como refere Fortuna (2006), tem-se desenvolvido uma representação dual na análise da cidade:

i) por um lado, entende-se a cidade com uma função libertadora e, nesse sentido, essa constrói-se contra o controlo social exercido na comunidade; ii) por outro, a cidade é vista como uma rutura com a «boa» comunidade pré-urbana com vínculos e interações fortes, fazendo uma leitura da cidade como sendo anticomunidade.

A vida nas cidades é marcada por alguns paradoxos: na mesma medida em que se parecem fragilizar os laços sociais entre os indivíduos, aumentam as redes de sociabilidade em que estes se incluem. Da mesma forma que se discutem as fragilidades na participação para a construção da ação coletiva, emergem, em paralelo, novas formas de reivindicação e de organização social.

Um dos elementos que ressalta na teoria sociológica contemporânea, reporta-se ao individualismo que caracteriza as relações sociais e económicas. Philippe Corcuff afirma mesmo que o “individualismo constitui uma contradição cada vez mais forte do neocapitalismo” (2008: 214). Simmel (2001) e Wirth (2001) sublinhavam a diversidade e a multiplicação das relações sociais nas cidades. No entanto, se para o primeiro se evidencia a emotividade da vivência do urbano, o segundo procura aprofundar os critérios que diferenciam os espaços urbanos dos rurais.

Do homem da cidade, Simmel (2001) destacava as suas características de independência, individualidade, reserva mental, intelectualismo, espírito de cálculo, atitude *blasé*, indiferença face ao outro, cosmopolitismo. Simmel chama ainda à atenção que o aumento da população proporciona o aumento da liberdade de movimentos entre os indivíduos, mas fragiliza a sua coesão interna. Esta conceção sugere que em espaços de menor dimensão se regista, inversamente, uma maior coesão quando tal não pode ser visto de modo linear. Os estudos sobre o rural demonstram que esses espaços tendem a concentrar diferentes conflitualidades que se traduzem em diferentes lideranças, pelo que se revelam muito distantes daquilo que se poderia denominar de sociedade coesa. De resto, Granovetter (1973) refere que os vínculos fortes que podem

levar à união local são também os responsáveis por maiores fragmentações sociais. E se coesão for considerada como harmonia, consenso, equidade, então não se tratará mais do que uma utopia, seja nos espaços metropolitanos, seja nos outros espaços.

Já Wirth (2001) procura identificar os critérios de definição de uma cidade, a saber: dimensão, densidade, heterogeneidade. A partir destes critérios explora as características do modo de vida urbano. Ressalta a tolerância da diferença, a fragilização dos laços de solidariedade que garantiam a unidade da sociedade tradicional, a existência de mais contactos secundários do que primários e perda de sensação de participação. No quadro de um entendimento sobre as solidariedades urbanas, será interessante perceber de que forma se podem gerar laços fortes e trocas solidárias a partir desses mesmos contactos secundários.

Nesta aceção parece registar-se o paradoxo da vivência na cidade em Wirth: se se consegue individualidade parece perder-se cidadania. Reconhecendo a satisfação material dos americanos face a um conjunto de indicadores de qualidade de vida, em *Bowling Alone* (cit. in Boggs, 2001; Durlauf, 2002), Robert Putnam também afirma a erosão do capital social, ou seja, o colapso de redes entre os indivíduos que seriam fundamentais para a comunidade, ação coletiva e participação democrática.

No entanto, Granovetter (1973), numa aceção distinta de Wirth, refere que os vínculos débeis são produtores de alienação, e argumenta que a fragilidade nos vínculos é indispensável para as oportunidades individuais e para a integração dos indivíduos nas comunidades. Utilizando a sociometria para suporte ao seu argumento, Granovetter diz que a força de um vínculo é uma combinação de tempo, de intensidade emocional, e dos serviços mútuos que caracterizam esse vínculo. Assim, há uma maior probabilidade de se reforçarem os laços de amizade entre pessoas que interatuam com mais frequência. Singly (2006) elabora uma discussão sobre os laços gerados pelo individualismo. Há similitudes

nas perspetivas de Granovetter e de Singly: o individualismo gera oportunidades individuais e o indivíduo moderno não se privará da sua liberdade para engendrar um laço social forte.

A aceção de Wirth parece contrariar a noção de que a cidade é o palco privilegiado da participação e da opinião pública. No entanto, são elementos que só ganham sentido na cidade. *“Não há opinião pública no campo, mas a meu ver, há uma que se constitui na cidade desde o século XIII. Em Florença ou em Paris, mesmo que seja para comentar sobre o Arno, o Sena ou o céu, todo um povo fala, se comunica, comenta.”* (Le Goff, 1998: 56).

Complementar à perspetiva de Simmel, Wirth afirma que o que se ganha em contactos físicos, perde-se em contactos sociais. A cidade é, em Wirth, o espaço em que se despreza o singular. Outros autores, traduziram de outra forma a fragmentação dos laços sociais nas cidades modernas. Neste sentido, Borja e Castells (2004) afirmam que neste contexto de globalização se afirma uma nova lógica espacial em que os espaços de fluxos dominam sobre os espaços de lugares. Não se trata apenas dos fluxos de informação, mas também dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços, etc. Mas se os espaços de fluxos estão integrados à escala global, os espaços de lugares, onde se dá o quotidiano dos indivíduos, emergem cada vez mais fragmentados. Diremos que o cenário atual nos conduz à formulação de que os espaços de fluxos estão também a dar claros sinais de vulnerabilidade e de que a solução das “crises da metrópole” poderá passar pela integração dos lugares. É a alta integração destes espaços de fluxos, que os autores já reivindicavam ser os causadores das fragmentações sociais existentes, que está a gerar, na atualidade, todo o colapso do sistema financeiro e económico global como o fomos conhecendo nas últimas duas décadas. Se esta aceção se trata de futurismo ou realismo, só o tempo ajudará a esclarecer.

Se se admite que o indivíduo não consegue perceber a cidade como um todo e que ele também não consegue apreender o

seu lugar no conjunto, como de resto é afirmado por Wirth, o que é viver na cidade, efetivamente? Se esse viver é limitado espacialmente, porque não considerar a existência de redes fortes de sociabilidade nesses espaços em que o indivíduo constrói a sua própria cidade? E porque não considerar que é nesses espaços que se procuram lugares de cidadãos, se enfrentam as dificuldades do cotidiano, mas se reclamam respostas solidárias a problemas locais? Porque não considerar que é nesses enclaves, nesses fragmentos de cidade que se utiliza a solidariedade para enfrentar essa cidade em crise?

Estamos longe de acreditar de que o homem na multidão (Poe, s/d) se pode alimentar dessa e que pode viver como um permanente errante. Acreditamos verdadeiramente que sem estabelecimento de laços sociais se está verdadeiramente só na multidão e que o viver em sociedade é marcado, necessariamente, pelo estabelecimento de redes sociais e por socializações permanentes que podem dar origem a práticas concretas de solidariedade em reciprocidade.

A discussão sobre a possibilidade de construção de uma cidade-providência é indissociável de reflexões sobre o papel que aí se atribui à economia. Na verdade, a dimensão formal da economia, a discussão sobre o valor do «dinheiro», o centramento no trabalho remunerado como meio de estruturação de uma sobrevivência minimamente condigna, são dimensões que ganham relevo nas cidades. *“O facto fundamental é que se tem muito mais necessidade de dinheiro na cidade do que no campo. Primeiro, porque muito raramente o camponês é levado a comprar coisas para as quais precisa de moeda.”* (Le Goff, 1998: 36). O próprio Simmel (2001) afirmava que a cidade era a sede da economia monetária. Identificava um paralelismo entre o dinheiro e a racionalidade relacional. A metrópole apresentava uma relação produtiva impessoal, sendo quase que eliminada a economia familiar e a troca direta: *“o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e*

sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do «quanto custa».” (Simmel, 2001: 35).

Também Wirth refere que as relações sociais na cidade são calculistas e utilitaristas. Vai mais longe quando afirma que a relação monetária substitui as relações sociais, ou seja, verifica-se a mercantilização das relações sociais. Para este autor, todas as necessidades humanas têm respostas mercantilizadas. Tal como Castel (2001) afirma, a mercantilização de bens e serviços é um resultado do sistema capitalista e, particularmente, do processo de maior divisão do trabalho e da sociedade salarial que se criou.

Reconhecendo-se que a crise na cidade resulta de uma polarização de rendimentos, é certo que nem todos os cidadãos têm capacidade de acesso ao conjunto dos bens e serviços que a cidade oferece. Começa a ser cada vez mais evidente que a cidade é um campo fértil para a criação de alternativas à mercantilização crescente que se verifica nestes espaços. À escala global, o campo da economia social e solidária traduz a necessidade dos cidadãos partilharem entre si aquilo que a cidade transformou em capital económico. É importante perceber a especificidade das práticas solidárias na cidade, que possam estar a gerar a referida cidade-providência. Muito embora esta não seja hegemónica pode ser uma efetiva solução para a lógica «mercadocêntrica» que tem gerado as grandes desigualdades vividas em todo o mundo.

De modo mais preciso, não poderemos falar de cidade-providência, mas de fragmentos da cidade onde se dá um modo de regulação providencial, não de carácter assistencialista cuja presença é já deveras antiga. Nessa cidade procuram-se modos de vida solidários, desenham-se alternativas não mercantis ou sendo de carácter mercantil vão sendo organizadas de modo redistributivo.

Se quisermos olhar para a cidade-providência à luz das diferentes propostas de Santos, diríamos, em primeiro lugar, que essa se enquadra no conjunto das lutas pela emancipação social, entendida como resistência a todas as formas de poder (2000). No

entanto, essa pode ter um enquadramento diferenciado consoante se trate de uma realidade do Norte ou do Sul. Aqui preferimos utilizar uma formulação mais precisa, que distinga o Sul no Norte e no Sul, e do Norte no Norte e no Sul. Embora diferentes, de uma forma geral os processos de segregação, de hiperexclusão, de pobreza são partilhados no Sul (seja do Sul ou do próprio Norte). As condições de inclusão, de riqueza, de dominação estão presentes em qualquer Norte (tanto do Norte como do Sul).

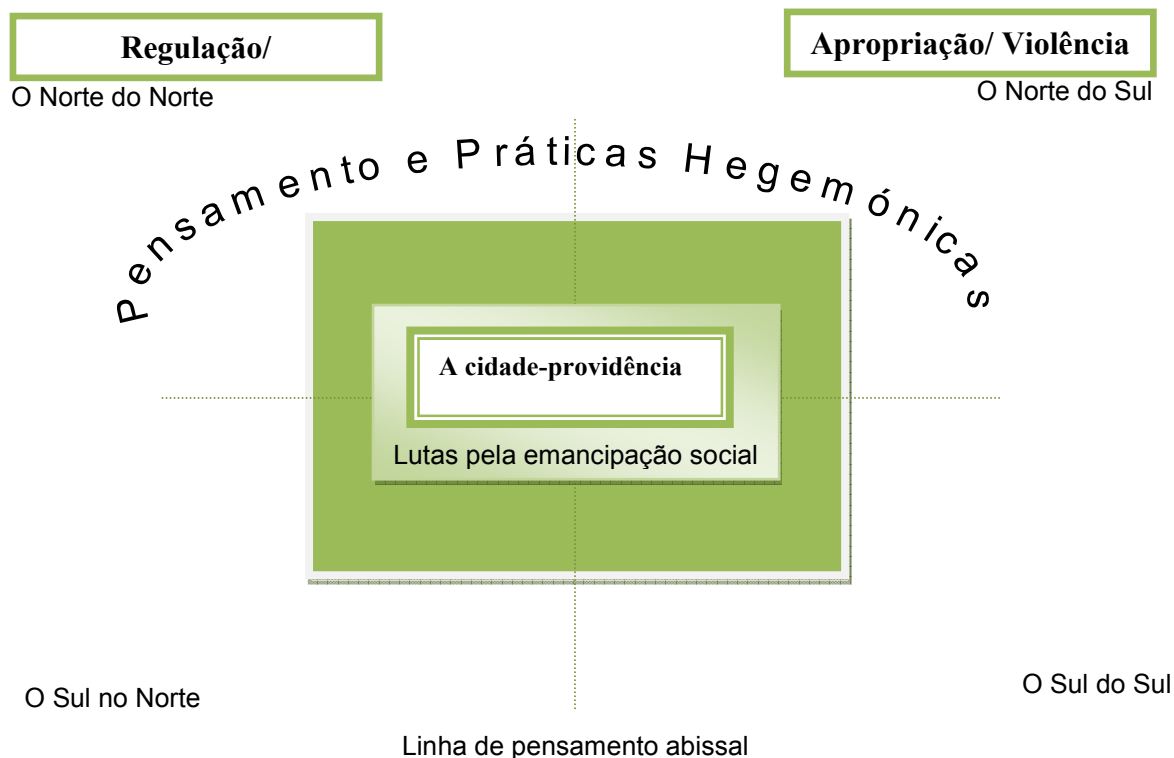
Estas linhas divisórias dos processos de dominação e de exploração acompanham uma outra que Santos denomina de linha abissal (2009), que recorta transversalmente os dois mundos: o Norte e o Sul, onde se distinguem tensões diferenciadas. No primeiro caso, o autor identifica a tensão entre regulação e emancipação que associa às sociedades metropolitanas e, no segundo caso, a tensão entre apropriação e violência presente nos territórios coloniais. Se esta é uma proposta que nos permite analisar as grandes divisões à escala global, o processo complexifica-se quando se trata de trabalhar escalas mais reduzidas, nomeadamente ao nível do estudo de uma cidade, de um bairro, de um prédio.

O que consideramos é que dentro da cidade-providência entram conflituantes estas dimensões de divisão do conhecimento/reconhecimento do outro, e cruzam-se os diferentes modos de regulação independentemente dos contextos geográficos e de pensamento que tomemos como referência. E se nalguns casos essa cidade pode ser construída como uma alternativa ao modelo económico dominante, noutros essa é desenhada como forma de sobrevivência e de resistência para subsistência.

Por adaptação aos conceitos de pós-moderno de oposição e de pós-colonial de oposição, desenvolvidos por Santos (2006), poderíamos dizer que esta cidade-providência poderá desenhar-se no sentido de uma cidade pós-colonial de oposição. Embora utópica, trata-se de uma cidade que procura a emancipação social e que luta

pela rutura com a referida linha abissal. De qualquer forma, também não se constroem mudanças sem utopias, e os caminhos possíveis objetivados mostram que essas se vão conseguindo alcançar para de seguida se construírem outras.

Sistema compreensivo da cidade-providência no quadro dos diferentes modos de regulação e de dominação



Fonte: Própria. Operacionalização das propostas de Santos (2000, 2006, 2009) ao conceito de cidade-providência

Será que estamos perante o emergir efetivo de uma nova metrópole, que valoriza os laços sociais entre os indivíduos e que, aos poucos, vai desmercantilizando parte das trocas que permeiam as relações sociais que aí ocorrem?

Talvez a síntese que melhor enquadra este tema se encontra em Fontes (2008). Procura evidenciar que o território é atravessado por um cruzar de espaços domésticos com espaços de convívio

comunitário, chamando a atenção para a existência de práticas sociais de tipo «comunidade» nas maiores metrópoles.

Outros são os que seguem uma postura de mudança e de entendimento da cidade com o intuito de aí estruturar novas políticas para melhoria da condição urbana. Disso é exemplo o contributo de Ebenezer Howard (1999) com a sua proposta de cidade-jardim e o desenho de uma cidade que deveria sustentar-se em laços sedimentados de vizinhança e de práticas que incentivassem às sociabilidades quotidianas. Parte-se da reflexão sobre os laços sociais e do reconhecimento da crise relacional urbana, para a análise da construção das utopias urbanas que procuram a recriação desses laços.

- **As dimensões analíticas sobre a cidade-providência**

Quando equacionamos a emergência da cidade-providência, não estamos a defender que essa exista de forma dominante, estruturada ou consolidada. O que afirmamos é que na cidade, onde as desigualdades são flagrantes, podemos encontrar formas de emancipação social desenhadas por grupos de cidadãos e de cidadãs, com vista a proteger um coletivo face aos riscos. Mas trata-se de uma proteção que é desenhada do coletivo para esse mesmo coletivo.

Não havendo uma só teoria que sustente a reflexão sobre este campo emergente, consideramos ser possível ler a cidade-providência a partir de quatro dimensões analíticas distintas, mas complementares entre si, a saber: económica, social, política e ideológica.

A economia solidária na cidade

Ao nível da dimensão *económica*, estas formas alternativas enquadram-se na abordagem mais ampla do que se denomina por economia solidária. Aqui se destaca todo o conjunto de trocas solidárias na cidade, não assente em princípios de especulação económica e que se traduz na luta contra a tendência crescente de mercantilização de bens e serviços, que Robert Castel procura evidenciar em *Metamorfoses da Questão Social* (2001).

Um dos elementos centrais na economia capitalista é que esta transforma o mercado enquanto espaço de trocas e de relações de reciprocidade em relações de poder. Os preços representam parte desta face do poder intrínseco às relações do mercado capitalista, sendo resultado da correlação de forças (Lisboa, 2004: 294) e da transformação dos produtos em fetiches (*idem*: 301).

Segundo Lefebvre, a cidade tornou-se o grande laboratório do homem, e é neste contexto que procura desenvolver a sua leitura a partir do direito à cidade, como condição de promoção de maior humanismo e de renovação democrática. Defende que a cidade não é mera consequência do processo de industrialização, mas que constitui sua finalidade (1991:141). A cidade pode ser vista no seu valor de uso, ou seja enquanto obra que é apropriada pelos seus residentes, como pelo seu valor de troca, em que a cidade é encarada como produto, orientada para o dinheiro, comércio e troca. É na cidade que se revelam os grandes contrastes entre ricos e pobres, entre poderosos e oprimidos, mas que, simultaneamente, não apaga o sentido comunitário, o sentimento de apego por parte dos cidadãos, ou o contributo para a construção da beleza da obra (*idem*: 4-5). A cidade tem um duplo papel: é lugar de consumo e consumo de lugar. Intensifica-se o valor de troca, mas mantém-se, mesmo que residual, o valor de uso. No entanto, assume que se dá a supremacia do valor de troca sobre o uso e o valor de uso, e que a cidade industrial praticamente anula este último (*idem*: 12-13). Na opinião do autor verifica-se uma crise teórica e prática da cidade.

A mercadorização de algumas das dimensões centrais da vida humana é apenas uma das faces deste «capitalismo imprudente». Polanyi refere, a este respeito, que a atividade humana foi transformada em trabalho, sendo produzida para venda, a terra é o outro nome que se dá à natureza que não é produzida pelo homem, e, por fim, o dinheiro torna-se um mero símbolo de poder de compra, sem que tenha sido necessariamente produzido, mas cuja vida é alimentada pelos bancos e finanças públicas (1980, *cit. in* Lisboa, 2004: 296).

O mercado atual é dominado pelas grandes corporações de poder, pelos monopólios e pela especulação. É neste quadro que se alimenta a sua vertente hegemónica e de dominação. Mas dizer isto não anula a possibilidade de construção de alternativas, até porque essas são hoje uma realidade objetivada. A economia solidária é a sua expressão mais emblemática. A este respeito Santos e Rodríguez assinalam que o pensamento crítico emergente decorre do reconhecimento de três características negativas da economia capitalista, a saber:

“Em primeiro lugar, o capitalismo produz sistematicamente desigualdades de recursos e de poder. [...] Em segundo lugar, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de solidariedade empobrecidas, que assentam no benefício pessoal em lugar de se basearem na solidariedade. [...] Em terceiro lugar, a exploração crescente dos recursos naturais a nível global põe em perigo as condições físicas da vida na Terra.” (2003: 24-25).

Por isso, apesar da economia capitalista ser dominante, não podemos falar apenas numa economia, mas sim em economias, que também não se esgotam no campo da economia solidária.

Se o mercado capitalista significa poder, a economia solidária evidencia a capacidade de *empowerment* (dar poder) aos seus participantes. Representa a mudança nas relações de poder

dominantes na busca por um mercado democrático (Lisboa, 2004: 303-304).

Entrámos claramente num contexto em que se sobrepõe o valor de troca sobre o valor de uso. Tudo passa a ser traduzível em dinheiro, mas como nos diz Lisboa *et al* (2006:4):

“...há um alto preço a pagar quando é apenas através da moeda que nos relacionamos, pois aqui estamos diante duma espécie de socialização asocial, a qual permite uma participação do indivíduo na sociedade de consumo, mas não o integra redes primárias de sociabilidade e apoio mútuo, gerando um indivíduo socialmente desintegrado, indiferente e alienado, afetivamente carente e neurótico. No extremo, esta forma moderna de socialização constitui uma socialização dessocializante, dessolidarizante, que nesta forma limite ameaça a continuidade da vida social.”

O dinheiro tornou-se, como referido por Olavo Bilac, no «envenenador de almas» e «prostituidor de consciências» (1997, *cit. in* Lisboa *et al*, 2006: 3).

No seio da economia solidária encontramos o mote de variadíssimas expressões locais e globais, embora mantenham um cariz essencialmente contra-hegemónico. Mas o despoletar destes novos e velhos experimentalismos não pode ser isolado do seu contexto de ebulição. Foi durante a crise da Argentina, no início do novo século, que se deu a multiplicação das práticas solidárias com recurso a moedas alternativas, como resultado da inexistência de dinheiro oficial. Um coletivo de milhões de pessoas foi capaz de gerar alternativas não capitalistas. E rapidamente estas iniciativas se expandem por toda a América Latina, contexto geográfico extremamente rico seja na diversidade como na criatividade para a construção de «um outro mundo possível», mas que aos poucos se vai disseminando pelos vários continentes.

A dificuldade em encontrar iniciativas espontâneas de economia solidária informal no Norte prende-se com o grau de formalização que se implantou nas suas estruturas sociais. Os pobres no Sul são cada vez mais entendidos como produto das contradições geradas pela dominação do modelo de crescimento neoliberal. Nos países do Norte os pobres continuam a ser encarados, nos discursos dominantes, como incapazes, aqueles que não têm competência para se adaptar ou que não se esforçam para tal. O informal confunde-se aqui com o ilegal, facto nem sempre visível no Sul, em que o informal pode ser condição de combate à pobreza e nem sempre é ilegal.

A cidade como palco de uma nova sociedade-providência

Ao nível *social*, emana destas novas formas a procura de sedimentação das redes sociais urbanas, para além de se traduzir, muitas vezes, em ações coletivas de combate a situações de maior vulnerabilidade social. Face a um Estado cada vez menos social recriam-se e inventam-se novas modalidades de sociedade-providência na cidade, que se traduzem num novo modelo de regulação social.

De acordo com Santos, a sociedade-providência é entendida como:

“[...] as relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss.” (Santos, 1993: 46).

Santos adianta que quando, nos anos 80, se referia à sociedade-providência, pretendia identificar trocas não mercantis de bens e serviços que apoiavam na promoção do bem-estar e

proteção social que nos países desenvolvidos são assegurados pelo Estado (1995: i).

Trata-se do reassumir das funções que vão sendo alienadas pelo Estado, recuperando práticas existentes antes do surgimento do Estado (Hespanha, *in* Cattani *et al*, 2009).

A cidade-providência não se limita ao campo das solidariedades primárias, nem tampouco ao das solidariedades secundárias que decorrem dessas relações de interconhecimento identificadas por Santos. Na verdade, estas trocas de bens e serviços na cidade estendem o campo de possibilidades de ação entre desconhecidos, mas que através de redes sociais concretas se tornam possíveis. O interconhecimento não será, atualmente, condição prévia para o estabelecimento dessas trocas, mas sim a partilha dos valores, dos ideais, das condições ou modos de produção, das necessidades, etc.

Acrescentaríamos que as trocas que medeiam a construção desta sociedade-providência podem até ter uma base mercantil, mas não capitalista. A existência de mercado não destitui a dimensão providencial. Esta última ficará diminuída sempre que as relações de mercado são estabelecidas numa base de exploração daqueles que se encontram em situação de opressão. Quando se trata de implementar justiça social nas trocas de bens e serviços, apoia-se à construção de uma maior igualdade, que é desenhada essencialmente pela sociedade como reação a um Estado e a uma Economia que lhes é cada vez mais distante.

Por outro lado, não foi apenas no Sul que o Estado falhou na promoção do bem-estar social. De resto, a discussão sobre a sociedade-providência reflete a procura de alternativas face à falência do estado-providência (Nunes, 1995: 5). E as cidades são exemplos do melhor e do pior dos mundos sociais. Aí conseguimos identificar as maiores segregações sociais e espaciais. É também nesse contexto que se visualizam as consequências mais nefastas do capitalismo, como dos «não lugares» na atuação do Estado.

Santos (1995: ii-iii) procura identificar os elementos distintivos da sua concepção de sociedade-providência face às formulações mais tradicionais. Por um lado, considera que sociedade-providência e estado-providência são um par conceptual e que este último não anulou a existência da primeira. Por outro, os modos de providência são distintos. A sociedade-providência regida por uma providência societal assenta numa solidariedade concreta e o estado-providência é determinado por uma solidariedade abstrata. Por fim, entende que a sociedade-providência não é constituída por relações que devam ser entendidas como resíduos de sociabilidade pré-moderna, pelo contrário é constituída por relações que traduzem uma forma específica da sociabilidade moderna.

A sociedade-providência traduz um conceito que é recuperado como um fenómeno pós-moderno, embora possa ter expressões contextuais diferenciadas. De qualquer modo, de acordo com Nunes, mantêm-se dois problemas. Por um lado, não é possível substituir o estado-providência pela sociedade-providência. Por outro, a sociedade-providência é caracterizada pela tensão entre o seu potencial humanizador e o seu potencial de geração de exclusões (1995: 6-7).

Essas tensões sentidas na sociedade-providência estendem-se e amplificam-se na cidade. Num contexto em que se intensifica o individualismo nas relações sociais quotidianas, a cidade-providência na sua formulação e expressão fragmentada não resolve, por si só, todo o conjunto de problemas de pobreza e de exclusão social. O seu potencial emancipatório não tem equivalente num potencial universalizante que, teoricamente, deveria caber enquanto responsabilidade social do Estado. Sendo uma alternativa, a sua emergência não deve servir de argumento para um «Menos-Estado» que apenas resolva as situações-limite de maior vulnerabilidade social e que sirva somente para policiar a economia. A este respeito, Santos e Rodríguez destacam a necessidade das

lutas pela produção alternativa serem “impulsionadas dentro e fora do Estado” (2003: 57).

Um novíssimo movimento social urbano

Ao nível *político*, os modos de vida urbanos solidários podem ser encarados como novos movimentos sociais que refletem formas de ampliação democrática (Martins, 2008; Laniado, 2008). Visa-se refletir sobre a tradução política das práticas solidárias desenvolvidas na cidade, seja na adoção de práticas solidárias como forma de subsistência (particularmente válidas em classes mais populares), como de estruturação da mudança e, por isso, assente na construção de uma utopia que se quer concretizável, entre outras possibilidades.

Para Touraine, o pensamento sobre os movimentos sociais é indissociável da discussão sobre a condição de classe. Na sua concepção um movimento social só existe quando uma ação coletiva visa alterar as condições de dominação existentes numa dada sociedade.

“O movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado.” (Touraine, 1996: 104).

Se bem que, evidentemente, essa condição de dominação que sustenta a emergência dos movimentos sociais nos pareça manter o sentido quando se discute a raiz da cidade-providência, certo é que esta complexifica o olhar sobre os motivos e as consequências que permeiam este movimento. Não bastaria alterar as situações de dominação ou de opressão, está em causa a mudança nas próprias estruturas de pensamento, a forma como se

constrói a economia e a produção, o modo como se estabelecem as redes sociais, a própria forma como se governa a cidade.

Aqui entendemos a cidade-providência como um novíssimo movimento social que se traduz em formas de denúncia das novas formas de opressão, em paralelo com a denúncia das teorias e movimentos emancipatórios, tal como defendido por Santos (1996). Trata-se de “pensar uma «cidade» pelo seu «avesso», é reconsiderar e rever o lugar do acordo original, resgatar o espaço da cidade para o pleno exercício da composição de *óikos* e *nomos*, de uma economia de relações que se articulam no espaço e no tempo” – o que é sugerido por Lopes (2003: 269), a respeito do Movimento dos Sem Terra e que se enquadra no sentido mais lato do entendimento desta cidade que aqui propomos.

Gohn associa aos movimentos sociais tanto à componente de denúncia, como à de pressão direta e indireta. Têm o caráter de representação de forças sociais que se organizam e geram um campo de atividades e de experimentação social, donde emana a criatividade e a inovação social. À semelhança de Santos (1996), Gohn atribui aos movimentos sociais a atuação de acordo com uma agenda emancipatória (Gohn, 2003: 13-14).

Não se tratam dos movimentos sociais com as características dos movimentos pelas lutas dos trabalhadores de finais do século XIX e de inícios do século XX. Também se distinguem dos novos movimentos sociais por causas urbanas, ambientais ou feministas, surgidas, essencialmente, na segunda metade do século XX. Acompanham a transição para o século XXI e reclamam por uma nova economia, com cariz pós-materialista, pós-consumista e pós-utilitarista.

Também não se traduzem em reivindicações centradas nas condições específicas de vida de grupos da população que são assolados por situações de exploração laboral e estendem-se para lá da conscientização global sobre problemáticas concretas sobre as quais urge atuar.

Este novo movimento que aqui se pretende retratar, a par de outros (donde destacaríamos a emergência e proliferação de práticas de governação participada onde o ator central é o Estado), reclamam por uma nova estruturação social. Parte-se do reconhecimento de uma crise social generalizada, em que os cidadãos estão cada vez mais distantes da vida social e alienados por força de uma condição capitalista que materializou e mercantilizou grande parte dessa vida – até mesmo valores sociais que se poderia acreditar serem imunes a este processo, como a solidariedade, o amor, a dádiva.

Não podemos olhar para estes novos movimentos sociais urbanos de forma ingénua. Como nos refere Borja (2005: 30-31), os movimentos sejam de moradores ou de carácter cívico podem conter em si o melhor e o pior das gentes. Se nalguns casos podem reclamar pela justiça social urbana, noutros podem estar imbricados de lógicas excludentes e não solidárias, sendo o caso dos movimentos xenófobos ou racistas. Por isso propõe a existência de governos de proximidade, em que se articule a democracia deliberativa com a participativa, com identidades e sentimentos de pertença face ao carácter de anonimato e de inacessibilidade dos processos de globalização, que façam frente à frigidez do mercado e ao procedimentalismo eleitoral.

Se ao nível urbano, a questão da moradia e de acesso à habitação se mantém na agenda, surgem novas reivindicações. Houve uma mudança do curso dos movimentos em função da alteração do próprio contexto socioeconómico. Os movimentos urbanos passam a englobar a luta pela produção de proximidade e por alternativas de subsistência, que procuram criar uma rutura com os modos de produção, de (re)distribuição e de consumo impostos pelo modelo capitalista neoliberal dominante. Passa-se para a defesa da pluralidade dos direitos e alarga-se o espectro do sentido do viver a cidade.

Os novos movimentos urbanos englobam tanto a discussão do acesso à cidade, como a luta contra a violência urbana ou a mobilização para a participação no governo sobre a cidade (Gohn, 2003: 31).

A reinvenção da emancipação social urbana e a construção do direito à cidade

O olhar sobre a cidade-providência implica uma dimensão *ideológica* evidenciada na luta pela emancipação social e, nalguns casos, pela reinvenção da emancipação social (Santos, 2000), onde as práticas são desenvolvidas nos dois lados da linha abissal (Santos, 2009) e que intersejam dimensões legais e ilegais a partir das quais se constrói a cidade. Sendo a cidade uma entidade cuja construção é mediada pelo direito, uma das suas tensões dialéticas remete para o facto de contemplar, simultaneamente, momentos de alegalidade e de ilegalidade, o que faz com que a conquista de novos direitos ou a construção de novas instituições que decorrem da própria dinâmica urbana não se possa realizar sempre a partir do marco legal pré-existente (Borja, 2005: 23).

Independentemente do ângulo analítico, a cidade-providência constrói-se a partir de múltiplos experimentalismos que reivindicam novos valores sociais e culturais. Reclama por novos direitos do viver a e na cidade. Por oposição ao conformismo, reclama pela mudança. Por oposição ao pensamento dominante que gera invisibilidades, essa cidade constrói-se na luta pelas visibilidades, pela rutura com a linha abissal.

Lefebvre defende uma ciência da cidade, que a tome como objeto e que apoie na sua transformação. A sua formulação medeia esta reflexão da cidade-providência à luz da dimensão política, mas também da dimensão ideológica. Não se trata de pensar na reconstituição da cidade antiga, mas sim na construção de uma nova cidade que assente em bases completamente distintas das

anteriores. Para tal propõe a procura de um novo humanismo, que traduza a procura de um outro homem, o homem da sociedade urbana (1991: 104-107).

Lefebvre apela a uma reforma urbana que tem de ser revolucionária, “não por força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas”. Tem de ter um suporte social e das forças políticas para se tornar atuante, por isso deve apoiar-se na classe operária, a única com capacidade de terminar com a segregação que lhe é dirigida. A classe operária não fará sozinha essa reforma urbana, mas sem ela essa reforma urbana não será possível. O calar desta classe significa a perda da sua missão histórica e portanto a perda do «sujeito» e do «objeto». A classe operária é aquela que nega a estratégia de classe que tem sido dirigida contra si, assim como reúne os interesses daqueles que habitam a cidade. A ciência da cidade terá aqui o papel de fundamento teórico e crítico. É uma ciência transformadora, que não se limita a analisar os fenómenos, mas que em complemento com outras forças sociais – donde a classe operária adquire o papel principal – deve conseguir estruturar o caminho dessa reforma urbana (*idem*: 111-112).

Também a pensar no sentido da mudança que é construída coletiva e individualmente, Borja propõe a cidade conquistada não como objeto mas como objetivo. Mas a cidade só conquista se for conquistada. Parte da hipótese central de que cidade, espaço público e cidadania são conceitos interdependentes. Entende a cidade enquanto realidade histórico-geográfica concreta, o espaço público relaciona-o a lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade e, finalmente, a cidadania remete para o direito público. Nessa conceção dialética a cidade é composta por direitos individuais e coletivos. No entanto, como os indivíduos não vivem sozinhos, considera que os direitos individuais têm uma dimensão coletiva e sem direitos e deveres coletivos não existe cidade (*idem*: 22). A cidadania é vista como uma conquista, tal como a cidade, que nunca se completa totalmente e que nunca é definitiva. “A cidade é o

nascimento da história, o ouvido do ouvido, o espaço que contém o tempo, a espera com esperança. [...] Uma cidade que se conquista individualmente face aos que se apropriam privadamente da cidade e das suas zonas principais.” (*idem*: 26). A cidadania constrói-se não apenas através da integração física, mas também simbólica. Pressupõe reciprocidade – não basta sentir-se cidadão, é preciso ser-se reconhecido coletivamente enquanto tal. Para Borja, o direito de cidadania adquire um caráter de centralidade.

A construção do direito à cidade, para Lefebvre, é parte da reforma urbana e da ciência da cidade que visa a construção de uma praxis concreta. O viver a cidade depende dessa prática que só pode ser conseguida com o apoio daquela classe que mais tem sido alvo de privação nesses direitos – a classe operária –, embora reconheça que a miséria se venha a estender para outros grupos e classes sociais. A cidade atual é regida por um conjunto de contradições que servem de pretexto para a emergência de um conjunto de direitos concretos (à habitação, saúde, educação, trabalho, cultura, etc.). É neste contexto que o direito à cidade se estrutura como uma exigência que, globalmente, o autor descreve como direito à vida urbana (Lefebvre, 1991:116). A reivindicação desse direito deve ser um “meio e um objetivo, um caminho e um horizonte” (*idem*: 143).

Gera-se o contexto em que se desenha a possibilidade de um novo humanismo – do homem urbano – onde a cidade se torna obra e apropriação. Mas se a classe operária até pode não ter esse sentido espontâneo para a criação de obra, esse pode ser garantido por um suporte da filosofia e da arte. Trata-se de uma revolução económica, política e cultural de caráter permanente (*idem*: 144-145).

Para Borja, também a cidade é “o passado apropriado pelo presente e é a utopia como projeto atual. [...] Não há urbanismo sem conflito, não há cidade sem vocação de mudança. A justiça urbana é o horizonte sempre presente na vida das cidades.” (2005: 27).

Sendo o direito à cidade entendido como uma conquista, as perspectivas atuais apontam para um olhar multidimensional que ultrapassa em muito a concepção redutora do direito à habitação, que tradicionalmente foi entendido como condição elementar da vivência urbana. A cidade-providência enquanto novo experimentalismo socioeconómico e democrático é o exemplo da luta pela conquista de direitos e da vontade em construir uma outra vida urbana, que vise a desmercadorização da vida quotidiana, que procure a interculturalidade, que incentive as relações de vizinhança, que transforme a cidadania em condição de partida para o viver coletivo.

A discussão sobre o direito à cidade passa a ser alimentada pelo reconhecimento da crise de «cidadinidade» (Ascher, 1998). Analisa-se a cidade no sentido mais amplo de associação a cidadania, discutindo os direitos mais diversos donde o acesso à habitação é apenas um dos elementos. Discutem-se as possibilidades de acesso ao espaço público, o direito à mobilidade e a transportes condignos, o direito ao emprego, o direito a serviços de saúde e de educação, o direito à segurança, o direito a serviços públicos básicos (água, luz, saneamento), o direito à cultura e ao lazer, etc. A amplificação do debate destes direitos faz das cidades os espaços de referência da política pública e das suas múltiplas experimentações possíveis.

- **Conclusão**

Caberá refletir então sobre a forma como estes modos de vida emergentes podem contribuir para a mudança nas políticas públicas sobre a cidade. Esses não serão generalizáveis, não os encontraremos senão nalgumas esquinas das nossas cidades. Mas procuram modelos de vivência coletiva em equidade e coesão. Trata-se de conquistar a cidade e de, aos poucos, conquistar novas formas de regulação de toda a sociedade. *“A cidade deve conquistar-se contra o medo de sair do marco protetor do contexto*

familiar conhecido, vencendo o risco de se meter no ruído e na fúria urbanos, superando as frustrações que comporta não obter imediatamente tudo o que as luzes da cidade parecem oferecer. (...) A pessoa livre é aquela que sente que, à sua maneira, conquistou a cidade. Então pode exercer as liberdades urbanas.” (Borja, 2003).

É possível sustentar que mesmo num quadro de fragilização dos laços sociais, mas de sedimentação de redes interpessoais amplas, a capacidade de auto-organização dos indivíduos pode conduzir à construção de novas formas de entre-ajuda e de novas redes sociais nas cidades. Não teremos, por isso, a cidade, mas as múltiplas culturas que se podem entrecruzar no redesenhar permanente da cidade. Tal como Fortuna reivindica da *“reconceptualização da cidade como espaço fragmentado e disputado”* emerge o reconhecimento de que *“só no cruzamento de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais pode a cidade reencontrar-se na plenitude da sua multivocalidade e polivalência”* (2001: 4).

Com esta proposta temática pretende-se aferir da emergência de práticas solidárias nos contextos urbanos. Considera-se que na sua diversidade, as cidades contemplam consensos e conflitos, assim como delas emergem lógicas individualistas a par com formas de construção coletiva da ação.

Fruto da sua multiculturalidade e da sua multiespacialidade, a cidade revela-se como um palco complexo de relações sociais, que estarão na base da sua capacidade criativa e de inovação. Ao nível social, é nas cidades que verificamos o desabrochar de uma multiplicidade de experimentalismos, com vista à promoção da coesão mas também da recriação dos laços sociais.

Bibliografia

ABRAMOVICH, Ana Luz; VÁZQUEZ, Gonzalo (2003), “La experiencia del trueque en la Argentina: Outro Mercado es posible”, *in Seminario de Economía Social*. Buenos Aires, IDEF/ CTA.

ABRAMOVICH, Ana Luz; VÁZQUEZ, Gonzalo (2007), “Experiencias de Economía Social y Solidaria en la Argentina”, *in* Karina Forcinito e Victoria Basualdo (orgs.), *Transformaciones en la Economía Argentina: Tendencias y Perspectivas*. Argentina, Prometeo Livros.

ARKEL, Henk van; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; RAMADA, Camilo; Primavera, Heloisa (2002), *Onde está o dinheiro?* Porto Alegre, Dacasa Editora.

ARON, Raymond (1994), *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 3ª Edição, Lisboa, Dom Quixote.

ARRUDA, Marcos (2007), “Intercambiando visiones sobre una socioeconomía solidaria”, *in Seminario Economía, Sociedad y Política: la construcción alternativa*. Buenos Aires.

ASCHER, François (1998), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta.

AUGÉ, Marc (1994) *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, Edições 70.

BOGGS, Carl (2001), “Social capital and political fantasy”, *Theory and Society*, 30, 281-297.

BORJA, Jordi (2005), *La Ciudad Conquistada*. 2ª edição. Madrid, Alianza Editorial.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (2004), *Local Y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. 7ª edição, Madrid, Taurus Pensamiento.

CAILLÉ, Alain (2002a), *Antropologia do Dom. O Terceiro Paradigma*. Petrópolis, Editora Vozes.

CAILLÉ, Alain (2002b), “Dádiva e Associação”, *in* Paulo Henrique Martins (org.), *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis, Vozes, 191-205.

CAILLÉ, Alain (2004), "A sociedade mundial no horizonte", in Paulo Henrique Martins e Brasilmar Nunes (orgs.), *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília, Paralelo 15, 17-41.

CAILLÉ, Alain (2008), "Um totalitarismo democrático? Não, o parcelitarismo", in Paulo Henrique Martins, Aécio Matos e Breno Fontes (orgs.), *Limites da Democracia*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 21-32.

CASTEL, Robert (2001), *As metamorfoses da questão social - Uma crônica do salário*. 3ª Edição, Petrópolis, Vozes.

CASTELLS, Manuel (1979), *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa, Editorial Presença.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. (orgs.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

CORCUFF, Philippe (2008), "A aposta democrática à prova do individualismo contemporâneo", in Paulo Henrique Martins; Aécio Matos; Breno Fontes (orgs.), *Limites da Democracia*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 209-227.

DAVIS, Mike (2006), *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo Editorial.

DAVIS, Mike (2007), "Fortress LA", in Nancy Kleniewski, *Cities and Society*. 2ª edição, Malden/ Oxford/ Carlton, Blackwell Publishing, 267-283.

DUMAS, Bernard; SÉGUIER, Michel (2004), *Construire des actions collectives. Développer les solidarités*. 3ª Edição, Lyon, Chronique Sociale.

DURLAUF, Steven (2002) "Bowling Alone: a review essay", *Journal of Economic Behaviour & Organization*, 47, 259-273.

FERRERA, Maurizio (2000), "Reconstructing welfare state in Southern Europe", in Stein Kuhnle, *Survivals of the European Welfare State*. Londres, Routledge.

FONTES, Breno (2008), "Democracia, comunidade de território, in Paulo Henrique Martins; Aécio Matos; Breno Fontes (orgs.), *Limites da Democracia*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 229-243.

FORTUNA, Carlos (2001), "Introdução: Sociologia, cultura urbana e globalização", in *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. 2ª edição, Oeiras, Celta, 1-28.

FORTUNA, Carlos (2006), "A cidade como comunidade? A precária resposta da teoria sociológica urbana", in Ana Tostões; E. A. de Arantes e Oliveira; J. M. Pinto Paixão; Pedro Magalhães (orgs.), *Encontro de saberes: três gerações de bolsiros da Gulbenkian*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FREITAG, Bárbara (2002), *A cidade dos homens*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

GAIGER, Luiz Inácio (2004), "Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil", in *International Society for Third Sector Research – Sixth International Conference*. Toronto.

GAIGER, Luiz Inácio (2005), "A economia solidária diante do modo de produção capitalista", in *Leituras Quotidianas*. 127.

GODBOUT, Jacques (1997), *O espírito da dádiva*. Lisboa, Instituto Piaget.

GODBOUT, Jacques (2002), "Homo donator versus homo oeconomicus", in Paulo Henrique Martins (org.), *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis, Vozes, 63-97.

GODBOUT, Jacques (2008), "Há representação sem representatividade?", in Paulo Henrique Martins, Aécio Matos e Breno Fontes (orgs.), *Limites da democracia*. Recife, Universitária da UFPE, 55-106.

GODELIER, Maurice (2001), *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GOHN, Maria da Glória (2003), "Movimentos Sociais na actualidade: manifestações e categorias analíticas", in Maria da

Glória Gohn (org.), *Movimentos Sociais no início do Século XXI*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 13-32.

GRANOVETTER, Mark (1973), "The strenght of the weak ties", *American Journal of Sociology*, 78, nº6, 1360-1380.

HOWARD, Ebenezer (1999), "Author s Introduction" e "The Town-Country Magnet", in Richard T. Gates e Frederic Stout (orgs.), *The City Reader*. 2ª edição, Londres e Nova Iorque, Routledge, 321-329.

LANIADO, Ruthy (2008), "As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da acção colectiva participativa", in Paulo Henrique Martins, Aécio Matos e Breno Fontes (orgs.), *Limites da Democracia*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 109-124.

LAVILLE, Jean-Louis (2004), "Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural" in Paulo Henrique Martins e Brasilmar Ferreira Nunes (orgs.), *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília, Paralelo 15.

LAVILLE, Jean-Louis (2007), "Économie et solidarité", *L économie solidaire - Une perspective internationale*. Paris, Hachette littératures, 11-76.

LE GOFF, Jacques (1998), *Por amor às cidades - conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, UNESP.

LECHAT, Noëlle Marie Paule (2001), "Economia Moral: Um conceito bom para pensar a Economia Solidária?", in *Ciências Sociais Unisinos*. 37.

LECHAT, Noëlle Marie Paule (2002), "Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: Do que se trata?", in *Revista Civitas. Organizações e movimentos sociais*.

LEFEBVRE, Henri (1991), *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes.

LIETAER, Bernard (2005), *El futuro del dinero: Cómo crear nueva riqueza, trabajo y un mundo más sensato*. Buenos Aires, Errepar/ Longseller.

LISBOA, Armando de Melo (2004), “Mercado Solidário”, in António David Cattani (org.), *La Outra Economia*. Buenos Aires, Altamira.

LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana (2006), *Trocas Solidárias, Moeda e Espiritualidade*. Universidade Federal de Santa Catarina, policopiado, 1-18.

LOPES, João Marcos de Almeida (2003), “«O Dorso da Cidade»: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 241-275.

MANCE, Euclides (2002), “Redes de Trocas e cadeias produtivas – limites e alternativas”, in *Bahia Análise & Dados*. V. 12, N.1, 121-126.

MARTINS, Paulo Henrique (2008), “Introdução”, in Paulo Henrique Martins, Aécio Matos e Breno Fontes (orgs.), *Limites da Democracia*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 9-18.

MAUSS, Marcel (1989), *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70.

NUNES, João Arriscado (1995), “Com o mal ou com bem aos teus te atém: As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 5-25.

POE, Edgar (s/d), *Histórias Extraordinárias I*. Mem Martins, Europa-América, 109-120.

PRIMAVERA, Heloisa (2008), “Trocar de vida com Economias Solidárias”, in Teresa Cunha e Sandra Silvestre (orgs.), *Artº♀. Das raízes da participação*. Santa Maria da Feira, AJP.

PRIMAVERA, Heloisa; WAUTIEZ, Françoise (2001), *La Moneda Social como Palanca del Nuevo Paradigma Económico*. Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso

português”, *Portugal: um retrato singular*. Porto, Edições Afrontamento, 15-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), “Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, i-vii.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5ª edição, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), “A reinvenção da emancipação social - Uma visão geral”, *Projecto: Reinvenção da emancipação social*. Coimbra, policopiado.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), “Introdução. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro”, in *A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política*. Porto, Edições Afrontamento, 23-43.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), “Para além do pensamento anissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César (2003), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 21-66.

SEABROOK, Jeremy (1996), *The Cities of the South: Scene from a developing world*. Londres, Verso.

SIMMEL, Georg (2001), “A metrópole e a vida do espírito”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. 2ª edição, Oeiras, Celta, 31-43.

SINGER, Paul (2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul (2004), “Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário” in *Estudos Avançados*. 18(51), 7-22.

SINGLY, François (2006), *Uns com os Outros: Quando o Individualismo cria Laços*. Lisboa, Instituto Piaget.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio (2006), *Moeda Social – uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo*. Florianópolis, Dissertação de Doutorado.

SOJA, Edward (1995), “Postmodern urbanization: The Six Restructurings of Los Angeles”, in Sophie Watson e Katherine Gibson (orgs.), *Postmodern Cities and Spaces*. Oxford e Cambridge, Blackwell, 125-137.

SOJA, Edward (2004), “Seis discursos sobre la postmetrópolis” in Ángel Ramos (org.), *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona, Edicions UPC, 91-98.

SOUZA, Maria Luiza de (1999), *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. 6ª edição, São Paulo, Cortez Editora.

TOURAINÉ, Alain (1996), *O Retorno do Actor. Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa, Instituto Piaget.

WATIEZ, François; SOARES, Claudia Lucia Bisaggio; LISBOA, Armando de Melo (2004), “Indicadores de la Economía Solidaria”, in Antonio David Cattani (org.), *La Otra Economía*. Buenos Aires, Altamira, 281-291.

WIRTH, Louis (2001), “O urbanismo como modo de vida”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. 2ª edição. Oeiras, Celta, 45-65.

ZOLL, Rainer (2007), *O que é a Solidariedade Hoje?* Ijuí, Unijuí.